

HABEAS CORPUS Nº 570.206 - MG (2020/0078632-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUZA
ADVOGADO : DOUGLAS LUCIO CAMPOS - MG138788
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUZA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 1.0000.20.034627-8/000, manteve a segregação do reeducando, ora paciente, atualmente em cumprimento de pena no regime fechado, determinado pela autoridade coatora da localidade.

Consta dos autos que o paciente "se encontra recluso no Presídio de Abre Campo/MG, onde cumpre uma pena de 33 (trinta e três) anos, 11 (onze) meses e 26 (vinte e seis) dias, [...] em razão de condenação pela prática de vários delitos, dentre ele, três roubos, furto, homicídio, tráfico de drogas e associação criminosa" (fl. 23).

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a segregação cautelar do paciente, portador de hapatite e com bom comportamento carcerário, sem histórico de faltas graves, está em descompasso ao art. 14, § 2º, da Lei n. 7.210/84, máxime à Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela premente expedição do competente alvará de soltura, em favor do paciente, e, por conseguinte, seja determinada sua prisão domiciliar, ainda que mediante monitoramento eletrônico ou outras correlatas, na forma dos arts. 117, inciso II, e 146-B, ambos da LEP.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente